

Capacitação do produtor

Uso do dinheiro público

José Matheus Yalenti Perosa¹

EM RECENTE artigo publicado na revista *Agroanalysis*, o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, João Sampaio, ressaltou o resultado da pesquisa em que a demanda por capacitação e acesso à informação se coloca como a segunda principal reivindicação dos produtores paulistas, com duas surpresas. A primeira seria a classificação da demanda ficar à frente de tantas outras muito importantes, como logística de distribuição, seguro, tributação etc. A segunda diante do papel passivo do produtor no modelo de extensão adotado em nosso país, onde o ele é visto como incapaz de escolher o quer conhecer.

A questão assume importância ainda maior quando se trata da agricultura familiar. O uso da expressão agricultura familiar no Brasil é relativamente recente. Anteriormente, documentos oficiais usavam comumente, e como sinônimas, as expressões “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, quando não “agricultura de subsistência”. Essas denominações envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico dessas unidades. Nesse sentido, a questão da capacitação envolve uma percepção diferenciada das características desses produtores.

Recentemente, o Sebrae contratou um grupo de pesquisadores da FCA-Unesp para realizar um diagnóstico de sete grupos de agricultores familiares do interior do estado de São Paulo. A justificativa do trabalho era justamente capacitar o Sebrae com parâmetros mais objetivos para qualificar melhor as demandas, “ouvir” os agricultores e se posicionar melhor diante das características desse tipo de agricultura.

A amostra do estudo foi composta por 110 produtores familiares, participantes de sete grupos produtores de hortaliças. Dos grupos, quatro são de assentamentos rurais, sendo um mais antigo (Reunidas), e três mais recentes (Dourados, Irmã Doroti e Floresta), no município de Promissão. O quinto grupo é associado a uma cooperativa na região (Coalins), o sexto grupo está situado na cidade de Getulina e, por último, um grupo que desenvolve sua atividade no meio urbano (Lins).

Os dados mostraram que mesmo as técnicas mais utilizadas, relacionadas ao uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos para o controle de pragas e doenças, ocorrem de maneira muito diferenciada entre os grupos pesquisados. De uma forma geral, os grupos mais antigos utilizam técnicas convencionais, o que não implica necessariamente o seu uso eficiente.

Além das técnicas listadas, dois aspectos relativos à produção foram pesquisados: uso de análise do solo e de irrigação. Numa atividade como a de produção de hortaliças, o uso eficiente de recursos passa necessariamente por procedimentos básicos como análise do solo. Da mesma forma, disponibilizar recursos para a irrigação e capacitá-los no uso eficiente da água constitui uma necessidade para a inserção dos produtores no mercado. Em ambos os casos, é clara a necessidade de capacitação. Entrevistas revelaram que os procedimentos listados são utilizados por apenas metade dos agricultores.

Técnicas utilizadas entre os grupos de produtores familiares (%)

Grupos	Adubação Orgânica	Adubação Química	Herbicida	Controle de pragas e doenças
Geral	67,3	90,9	49,1	87,3
Reunidas	81,0	95,2	33,3	100,0
Dourado	50,0	100,0	55,6	88,9
Floresta	50,0	83,3	33,3	83,3
I. Doroti	13,3	93,3	73,3	86,7
Getulina	90,0	100,0	30,0	100,0
Prefeitura	84,6	61,5	23,1	38,5
Coalins	95,2	95,2	76,2	100,0

O diagnóstico procurou trabalhar questões relativas ao conceito de sustentabilidade, abordando temas técnico-econômicos, ambientais e sociais com os grupos de produtores. A partir das informações coletadas e validadas pelos agricultores, alguns indicadores foram construídos, mostrando a relação dos grupos com mercados e demandas para uma participação mais competitiva neles.

O primeiro aspecto pesquisado, importante para uma qualificação de demandas dos agricultores, foi o da tecnologia utili-

O impacto das técnicas utilizadas na receita auferida pelos grupos é bastante diferenciado, porém sempre mostra uma relação positiva. A análise do solo mostrou-se fortemente correlacionada com a renda mais alta dos produtores. Porém, vale a ressalva de que o fato isolado de fazer ou não análise de solo não explica a diferença, pois os agricultores que utilizam esse procedimento na produção também se diferenciam na utilização de capacitações na sua atividade, com reflexos na produtividade.

Proporção de agricultores que fazem e que não fazem análise do solo (%)



Com valores muito diferenciados, o mesmo fato se verifica com os agricultores que se utilizam ou não de irrigação. Como esperado, os primeiros têm um faturamento muito superior ao dos demais. Por metro quadrado, enquanto a receita média dos que irrigam é de R\$ 7,24, os produtores que não dispõem de irrigação apresentam uma receita de R\$ 1,99.

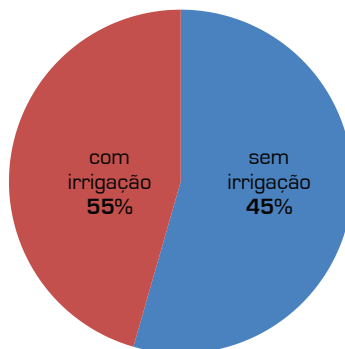
Receita apropriada pelos produtores:

1. Que fazem análise de solo (R\$/m²)	
Faz	7,15
Não Faz	4,17
2. Que fazem uso de irrigação (R\$/m²)	
Utiliza	7,24
Não utiliza	1,99

Quando se relacionam aspectos relativos ao grau de instrução e à gestão do negócio no faturamento dos produtores, os resultados também são positivos: a renda anual média dos agricultores sem instrução formal foi de R\$ 12.133,60; dos que têm ensino fundamental foi R\$ 14.630,33; com ensino médio foi de R\$ 37.499,33, e com ensino superior, R\$ 44.746,67. Os dados médios mostram uma relação positiva entre renda e grau de instrução, embora não revelem a variabilidade encontrada entre os grupos.

No caso de procedimentos de gestão, como controle de custos na produção, a mesma relação positiva é encontrada: enquanto a renda anual média auferi-

Proporção de agricultores que utilizam e que não utilizam irrigação (%)

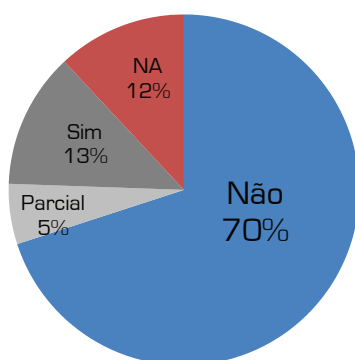


da pelos produtores que fazem controle de custos é de R\$ 33.361,11, aqueles que não o fazem têm uma renda anual de R\$ 17.205,20. Da mesma forma que para o grau de instrução, os produtores que fazem controle de custos têm renda superior.

Os aspectos abordados são importantes para uma inserção mais competitiva dos agricultores no mercado. Mas a inclusão de produtores em determinados segmentos de mercado tem exigido cada vez mais uma postura transparente deles em boas práticas agrícolas. Mesmo na agricultura convencional, com utilização de insumos modernos, a questão tem se colocado como um limite à inserção competitiva de agricultores.

Um aspecto relevante nas boas práticas agrícolas está relacionado ao uso de agrotóxicos na atividade. Os dados revelam

Agricultores que receberam capacitação para aplicação de agrotóxicos (%)



que há falta de capacitação de quem aplica agrotóxico entre os agricultores pesquisados, apenas 12% receberam algum tipo de capacitação. O armazenamento adequado de agrotóxico também é um problema, apenas 18% dos agricultores o fazem de acordo com as recomendações de uso. E da mesma forma, a necessidade de capacitação aparece quanto ao descarte de embalagens de agrotóxico de acordo com as normas técnicas.

Tem razão o secretário quando argumenta que o modelo de extensão adotado tem, em grande parte, “empurrado” ao agricultor o que ele deveria conhecer. Mas o dia a dia dos produtores rurais num mercado fortemente concorrencial constitui um aprendizado de suma importância, qualificando a demanda deles no Poder Público. E as instituições que conseguem “ouvir” essas demandas em muito tem contribuído para qualificar o produtor. Mas além de ouvir, cabe às instituições públicas qualificar a demanda diretamente com os produtores.

Nessa direção, estudos como esse podem contribuir para o direcionamento de investimentos em capacitação de produtores, tornando mais eficiente o uso do dinheiro público pelos diferentes grupos de produtores. ■

1. Professor do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial e vice-diretor da Faculdade de Ciências Agrônomicas, campus de Botucatu/Unesp.

Descarte de embalagens de agrotóxicos segundo o sistema oficial (%)

